Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Índios do Nordeste: temas e problemas

Luiz Sávio de Almeida
Marcos Galindo
Edson Silva

edUFAL

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

O NOSSO DIREITO. CONFLITOS E RESISTÊNCIA INDÍGENA EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

Edson Silva (*)

> A uma civilização que elimina as diferenças, a história deve restituir o sentido perdido das particularidades.
>
> Philipe Ariès

Sem um lugar na história?

Um surdo modernizador iniciado timidamente por toda a América Latina a partir de meados do século XIX que nos anos seguintes ocasionou mudanças significativas formando "um conjunto de progressos técnicos" e de novos hábitos culturais como a iluminação a gás, a urbanização, a implantação das estradas de ferro, da navegação a vapor, de novos teatros, inovações arquitetônicas, a imitação do estilo vida europeu, etc., etc., foi favorecido pela estabilidade econômica resultado da emancipação política das colônias de suas metrópoles européias. Foram indícios de transformações que se consolidaram através do "assalto às terras indígenas", às propriedades comunais camponesas e em alguns lugares também às terras pertencentes a Igreja Católica, ocorrendo ainda noutros casos também a expansão de uma economia agro-exportadora (Donghi, 1975: 124 - 126).

(*) Mestre em História pela UFPE. Membro da CEHILA - Brasil (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina/Região Brasil). Ex-Diretor Cultural da Fundação CASA DO PENEDO e atualmente lecionando História do Brasil no CEFET/AL.

Em Pernambuco, na Zona da Mata Sul, a produção de açúcar cresceu após meados oitocentista. Os novos mercados de exportação para a Europa e às ferrovias que reduziram os custos com transporte para o Porto do Recife, estimularam a construção de engenhos naquela região, onde apesar de ter sido mantidas áreas ociosas, quase que dobrou o número de engenhos após 1855 (Eisenberg, 1977: 148), permanecendo a concentração de terras nas mãos de umas poucas famílias tradicionais. O crescimento da produção açucareira ocorreu com a intensificação das invasões às terras da Aldeias Indígenas de Barreiros e da Escada. No caso de Escada, além do desenvolvimento do antigo núcleo populacional de não-índios nos terrenos reconhecidamente férteis da Aldeia, os mesmos foram sempre motivo de muita cobiça. Na lógica do aproveitamento econômico agro-exportador, o modo indígena de possuir e dispor das terras passou a ser muito questionado, colocando-se em dúvidas a própria permanência do antigo Aldealmento, como encontra-se registrado na documentação: "Não conheço nem mesmo sei onde encontrar razões que justifiquem na presente época a sua existência. Causa dó ver-se esses terrenos completamente abandonados e de contínuo chamado a indolência e ignorância dos seus possuidores. Tanta miséria no meio de tanta apulência" [1].

Em dois estudos acerca do período que já se tornaram clássicos, seus autores (Eisenberg, 1977; Melo, 1984) ao abordarem as mudanças no universo açucareiro e político da época, concederam pouca ou nenhuma importância aos citados aldeamentos. Este texto objetiva portanto evidenciar a presença e algumas das formas da participação indígena nos embates sociopolíticos do século XIX em Pernambuco. Trata-se de uma tentativa, ainda que limitada a um curto período de tempo e espaço geográfico, de desvelar a invisibilidade a que foram condenados os povos indígenas pelo etnocentrismo sutil ou explícito, com múltiplas facetas, que contaminou os estudos e pesquisas com uma visão da história vinculada a idéia dos povos nativos sucumbidos diante da marcha da "civilização"; da idéia de um progresso e uma modernização consolidada sobre povos, grupos, minorias, de "mortos-vivos", pois lhes negam até o impossível: participação na História.

Riacho do Mato: a permanência de um espaço alternativo

Situado em terras da Colônia Militar de Pimenteiras (atualmente município de Jaqueira, há pouco tempo desmembrado de Frei Caneca), na Zona da Mata Sul de Pernambuco, nos limites na época, com a Col. Militar Leopoldina na Província de Alagoas, em uma região montanhosa e com densas matas nativas, o Aldeamento do Riacho do Mato consolidou-se com a presença de ex-moradores transferidos da Aldeia da Escada que teve sua extinção declarada oficialmente em 1861, atendendo interesses dos senhores de engenho antigos esbulhadores das terras daquela Aldeia. A região era militarizada preventivamente em razão de ter sido local onde existira acampamentos dos temidos cabanos que sob a liderança do "célebre" Vicente de Paula, como registram as informações oficiais do período, protagonizaram os acontecimentos da Cabanada (1831 - 34), um dos mais importantes conflitos sociais que contando com uma significativa participação indígena juntamente com outros grupos de marginalizados na época, sacudiu as Províncias de Pernambuco e Alagoas no século XIX.

O movimento que eclodiu como Cabanada, foi iniciado no Recife com senhores de engenho absolutistas defensores do retorno de D. Pedro I ao Trono Imperial, em confronto com outra fração da classe dominante, os liberais, que chegaram ao poder provincial com a Abdicação e representava antes mais nada, a disputa pela hegemonia política local pelas tradicionais rivalidades entre os "senhores da terra", na permanente busca de aquinhoar os cargos públicos que expressavam a forma de controle e o exercício do mando político. Quando o movimento chega ao interior, às regiões vizinhas entre si de Panelas de Miranda em Pernambuco e Jacuípe na Província das Alagoas, ocorreu a saída de cena dos tais senhores absolutistas. Isso porque, o conflito tomara novas dimensões a partir da participação de grupos de marginalizados, ameaçando a ordem social vigente, contrariando os interesses dos "senhores da terra", pois embora vivenciadas as contradições nas expostas fraturas de classe decorrentes das disputas pela hegemonia de mando político, "as frações estariam de acordo: a escravidão teria de permanecer, o índio continuaria índio, o marginalizado permaneceria no mesmo lugar social que a sociedade branca indicava". Portanto é possível afirmar-se que "A ligação que houve entre estes senhores absolutistas e os cabanos foi circunstancial e episódica, em face de um inimigo

comum: o legalista" (Almeida, 1995: 30), no caso os liberais naquele momento no comando do poder provincial.

Importante ter presente ainda que o Riacho do Mato compunha parte do mesmo espaço geográfico outrora ocupado por quilombolas dos Palmares. Sendo um local privilegiado para os acampamentos cabanos, pois "O fim dos Palmares e mesmo o incremento na exploração das cercanias das matas não inviabilizaram a manutenção de um espaço alternativo e à construção de uma sociedade a ele correlata; os marginalizados continuaram a demora na Mata Atlântica, uma região privilegiada para a resistência". Constata-se então uma continuidade da existência de um "espaço alternativo". Um "espaço alternativo" este que "não seria um mero ponto de convergência de fugas; era onde se recompunham os marginais", um espaço para a resistência (Almeida, 1995: 31) aos grupos dominantes compostos pelos "senhores da terra" na época.

É pois no Riacho do Mato que liderados pelo índio Manuel Valentim dos Santos citado como um dos colaboradores do Vicente de Paula por ter tido militado nas matas de Pimenteiras e "escapado pela fuga a prisão" depois da captura do Vicente em 1849 [2], que conviviam com os ex-aldeados da Escada "homens de diferentes raças" [3], encontrando-se na documentação pesquisada referências a presença de negros, pardos, mulatos, como "hum pardinho e acaboclado official de carpina, moradôr no Aterro de Affogados" no Recife, além de "hum cabra velho" antigo colono morador no distrito da Col. Pimenteiras, mais "dois pardos claros" e ainda um indivíduo "que abandonou sua família, distante 5 legôas, para ser índio" e um outro identificado como "um preto velho crioulo", assumindo-se todos como índios e reclamando pelos seus direitos. [4]

Estavam "refugiados" no local ainda Manoel Mendes, João Inácio e Joaquim José de Santa Ana, índios da Aldeia Cocal em Alagoas que depois de reconduzidos para a sua aldeia de origem pela autoridade policial, "fugiram" outra vez e encontravam-se "homosiados" no lugar "Certãozinho" no Riacho do Mato, juntamente com "alguns" índios de outras Aldeias da Província de Pernambuco, todos "seduzidos" pelo índio Manuel Valentim.[5] Há referências também a presença de índios "imigrados" da Aldeia de Jacuípe em Alagoas, morando no Riacho do Mato e "protegidos" de Valentim.[6]

Os registros documentais permitem concluir está o Riacho do Mato localizado em uma área de importância econômica em virtude da extração e comércio de madeiras, de terras férteis banhadas por riachos e com considerável produção agrícola, sendo cortadas também por um caminho bastante utilizado como acesso a vizinha Província das Alagoas.

Tratando-se portanto de uma região onde as lembranças da Cabanada e dos combates dos seguidores da Revolução Praeira liderados por Pedro Ivo, permaneciam vivas tanto na memória coletiva popular quanto na oficial, simbolizadas em sua expressão máxima pelas referências ao líder cabano Vicente de Paula que possuiu no local por longo tempo um acampamento estável, o Riacho do Mato na época do aldeamento foi "refúgio", abrigo, moradia, lugar de não-índios: sem terras, trabalhadores de engenho, atraídos pelas perspectivas de adquirirem uma posse, procurados pela justiça e até adeptos do banditismo, oriundos de diferentes lugares, como atesta a documentação pesquisada, em convivências com a população indígena em grande parte originária da Aldeia da Escada, todos capitaneados pela figura do indígena Manuel Valentim dos Santos, vivenciaram uma significativa experiência de resistência e sobrevivência no Pernambuco oitocentista.

"O nosso direito." Conflitos e estratégias de resistência indígena no Riacho do Mato.

> Cheige em Palacio falle com o Alves ou com o Lima, aquelles que se encarregarão do requerimento do Valentim, para elles se encarregarem do saber se e ezato ezistir na Prezidencia vinda da corte os documentos pertencentes aos Indios do RMtto, dos quaes é Maioral Valentim dos Santos, cujos documentos š tendentes a uma representação de queira ao Governo, sendo por cincoenta Indios, contendo um mapa nominal de noventa familias: e que serão gratificados pela afirmativa [7].

A presença do Riacho do Mato, resultou da capacidade dos seus habitantes em terem resistido no lugar e para isso, elaboraram várias estratégias diante das fragmentações e disputas internas, da omissão ou conivência oficial frente aos conflitos provocador pelas

invasões de posseiros e até as explícitas manifestações de desaprovação do Diretor Geral dos Índios na Província e de outras autoridades para permanência indígena no local. Um exemplo cabal da resistência é o "Bilhete" acima transcrito, encontrado entre a documentação pesquisada sobre o Aldeamento. É portanto diante das inúmeras pressões, conflitos e das tantas condições adversas, que foram buscados meios para continuidade da permanência no Riacho do Mato. Essas estratégias podem ser classificadas em um leque muito amplo, um universo situacional diversificado. Senão vejamos.

Apesar de ser "uma prática comum dos aldeamentos no século XIX servirem de mão-de-obra" (Cunha, 1992: 19), atendendo aos interesses locais dos moradores e autoridades, ou a interesses provinciais e até nacionais, como o recrutamento para a Guerra do Paraguai, os aldeados no Riacho do Mato utilizaram por mais de uma vez em benefício próprio, para contar como apoio das autoridades diante dos conflitos, o fato de sempre se disporem ao "serviço público" de polícia e também de participação nas milícias particulares e legalistas na caça a fugitivos da justiça, nos combates a movimentos tidos como sediciosos e as perturbações a ordem pública então vigente. Aliás cabe lembrar que o próprio aldeamento da Escada de onde vieram grande parte dos estabelecidos no Riacho do Mato, foi constituído posteriormente aos combates aos quilombolas dos Palmares, em terras doadas pela Coroa Portuguesa em recompensa a participação indígena ao lado das forças militares a serviço dos interesses coloniais. O que a primeira vista parece contraditório quando do registro, como foi visto, da participação de membros da antiga Aldeia no espaço insurreicional cabano, pode ser compreensível a partir da ótica das alianças indígenas com as forças em disputa pelo exercício da hegemonia política local. Aos índios estarem ao lado do grupo no poder, representava experimentar períodos de estabilidade, barganhar a conquista e garantia mínima de seus direitos, como o de permanência nos territórios tradicionais secularmente restringidos por invasões de terceiros.

Frente às situações de conflitos com os posseiros que negavam os direitos indígenas no Riacho do Mato, os índios buscaram entre outras estratégias para continuarem no lugar, o reconhecimento através de "atestados" requeridos a autoridades e pessoas de reconhecido prestígio público na época. Pessoas estas que

em diversos momentos estiveram no comando de tropas oficiais em atuações que contaram com a colaboração indígena.

Em 1868, Manuel Valentim "por si e seus companheiros", enviaram um Requerimento ao Pres. da Província para este reconhecer o atestado conhecido pelo ex-Diretor da Colônia de Pimenteiras, o Cap. Reformado do Exército, Trajano Alípio de Carvalho Mendonça. A este fora solicitado "atestar" que os índios vivam dos "produtos" de suas lavouras, estavam estabelecidos com "cazas" no Riacho do Mato e que se "prestarão sempre com bôa vontade as exigências do serviço público", durante todo o tempo no qual o Capitão esteve como Diretor da Colônia.[8] O Capitão confirmou a solicitação dos indígenas declarando que eles "sempre se comportarão", preservando na Aldeia "a melhor ordem no socego publico" e por serem muito "obidientes e respeitadores das autoridades", foram sempre recrutados para "diligencias publicas", afirmando ainda o ex-Diretor: "o que tudo afirmo debaixo de palavra hopnra por ser testemunha ocular".[9]

Todavia não foi somente a atitude colaboracionista dos indígenas com as autoridades de polícia a única estratégia para barganhar apoio ao direito de permanência no Riacho de Mato. Com a realização por determinação de Aviso Imperial, dos trabalhos de demarcação das terras no Riacho do Mato, ocorreram muitos protestos dos indígenas por sentirem-se prejudicados nos seus interesses pelas medições que estavam sendo feitas. No momento quando se "cravava o marco" para iniciar a medição da posse Periperi de Pedro José da Silva, cerca de "dezoito ou vinte índios" liderados por Manuel Valentim apareceram no local e "com grande gritaria dizião que se opunhão a cravação d'aquele marco". Isso porque os limites medidos ultrapassavam "a linha Meridiana" e assim adrentava nas terras indígenas, e afirmando estes que não queriam "perder o seu serviço", recorrerião ao Presidente da Província.

Possivelmente antecipando-se à comunicação dos fatos com distorções às autoridades, Valentim, através Requerimento endereçado ao Engenheiro responsável pela demarcação, solicitou que lhe fosse atestado qual foi "o procedimento" dos índios na ocasião da cravação dos marcos. Em resposta a solicitação indígena, o engenheiro confirmou o protesto pacífico motivado por terem os limites da medição ultrapassado a linha divisória das terras públicas (aonde estavam assentados os índios), tendo os indígenas afirmado

"que tinhão feito o serviço da picada e não querião perdel-o", declarando ainda o engenheiro ter Valentim permanecido calado procurando "apasiguar" os ânimos exaltados dos índios na ocasião.[10]

Ao "Atestado" solicitado por Valentim, foi anexado um outro Requerimento enviado pelo Maioral do Aldeamento no Riacho do Mato ao Pres. da Província. Neste Requerimento, Valentim afirmava vir "novamente" fazer denúncias contra a demarcação realizada e citava nomes de posseiros que invadiram a área destinada ao Aldeamento, argumentando estarem apoiados na medição estabelecida pela "tropa do Governo", quando esta acampara no lugar. Queixava-se Valentim que além de estar perdido, foi rejeitado e desrespeitado o trabalho dos índios que realizaram as aberturas das picadas colaborando com os serviços da demarcação e naquele momento os posseiros queriam se "apossar" da área "em quadro" destinada aos indígenas. Citando que mesmo tendo o Juiz Comissário das Terras afirmado que os invasores seriam retirados judicialmente, Valentim anexou ao seu Requerimento "o incluzo attestado", esperando o apoio da Pres. da Província para a "Cauza tão justa" dos índios no Riacho do Mato, declarando ainda Valentim: *"o nosso direito não seja desconhecido."* (grifamos).

O ano de 1869, foi um período de muitas tensões no Riacho do Mato, como demonstra a documentação examinada. Com o prosseguimento da demarcação e legitimação dos terrenos de posseiros invasores, agravaram-se os conflitos com os indígenas. Nas terras do Estado onde localizava-se a Col. de Pimenteiras, onde estava situada a área do Riacho do Mato, anteriormente a criação do Aldeamento, só existia uma posse passível de reconhecimento legal como declarava o Diretor da Colônia na época. Todavia, o lugar foi posteriormente sendo em muito invadido por posseiros que se aproveitavam ainda do momento da demarcação das terras do Aldeamento, para solicitarem a legitimação das posses por eles ocupadas. Os indígenas que tinham se prontificado a colaborarem nos trabalhos de medição, sentindo-se lesados com o reconhecimento dos posseiros invasores da área do Aldeamento, além de protestarem, muitos deles se recusavam em continuar apoiando os serviços da demarcação. A reação dos indígenas foi considerada como um "estado de insubordinação" não sendo possível "continuar nos serviços das medições" porque os índios estavam "divididos em dois partidos e em dois aldeamentos." Para o Juiz Comissário de Água

Preta, "alguns" do "aldeiamento de cima" que era o "verdadeiro", aceitavam a liderança de Manuel Valentim, enquanto os habitantes do "Aldeiamento de baixo", não reconheciam nele seu maioral.[12]

Reagindo os indígenas à demarcação prejudicial aos seus interesses, foram acusados porque "embaração o bom andamento" dos serviços de medição, pois exigiam "as direções que elles entendem e não aquellas que devem ser", rejeitando a auto-demarcação realizada, como afirmava uma autoridade, por alguns posseiros de "bôa vontade" que definindo seus limites, objetivavam deixar "maior espaço para o Aldeiamento".[13]

Em um longo "Memorial" de conteúdo contundente, Manuel Valentim denunciava à Presidência da Província às manobras do Juiz Comissário, o então engenheiro-chefe responsável pela demarcação, por beneficiar os posseiros com terras nas margens dos cursos d'água que banhavam o Riacho do Mato, restando aos índios áreas periféricas às posses legitimadas, "terrenos cortados por fracos riachos que se estinguem com qualquer verão mais forte", impedindo ainda o acesso dos indígenas a alguns locais de cultivo.[14]

Com um abaixo-assinado acompanhado de um requerimento contendo 65 assinaturas, os índios do "Aldeamento Conde d'Eu no Riacho do Mato", solicitaram a demissão do Diretor-parcial que fora nomeado, por que este "nenhum interesse" teria demonstrado pelos indígenas, além de morar distante do Aldeamento. Para substituí-lo, os indígenas indicavam o Cap. Manoel Cavalcante Lins Valcacer, "bem conhecido" dos índios por ter sido "authoridade" na Col. Leopoldina e também porque mesmo "já como particular", defendera os indígenas quando estes "sofriam prizão" ordenada pelos Diretores da mesma Colônia. Segundo os índios, o Cap. Valcacer morava próximo ao Aldeamento e além disso, os seus habitantes se prontificavam em assumir as "as despezas pello indicado Director". Terminavam os índios seu Requerimento, afirmando esperarem ter o pleito atendido, lembrando "serem servidores do Estado que tantas provas tem dado em sempre promptos a dar"[15]. Em resposta a consulta do Pres. da Província sobre o assunto, o Dir. Geral dos Índios, questionou a validade do documento dos indígenas, declarando que por não saberem ler nem escrever, tornava-se muito fácil "arranjar um abaixo-assinado", pedindo a alguém para assinar por eles. Contudo, concordando com a substituição do Diretor-parcial, uma vez existindo "disgostos", indicava o nome de José Alves Maciel

"homem prudente e bem conceituado"[16]. Este, mais tarde, como registra a documentação, será denunciado pelos indígenas por liderar os posseiros invasores, como também as perseguições, prisões e espancamentos impostos aos indígenas no Riacho do Mato.

Na busca da garantia de seus direitos, diante das situações de conflitos vivenciados com as invasões dos posseiros, os indígenas aldeados no Riacho do Mato recorreram a diferentes estratégias para resistirem e sobreviverem no local. Como pode-se observar, estas estratégias constituíram um arco amplo, desde a colaboração, as alianças com autoridades e pessoas influentes, os poderes oficiais, etc., até a denúncia, a reivindicação, o protesto pacífico ou violento. Quando utilizaram de documentos, petições, requerimentos e também abaixo-assinados, enviados às autoridades locais, provinciais e ainda ao Imperador a quem se dirigiram por escrito e através das tentativas de um contato pessoal quando delegações viajaram, como registra a documentação, por mais de três vezes à Corte no Rio de Janeiro, os aldeados denunciaram os esbulhos de suas terras e afirmaram seus direitos, apontaram as manobras fraudulentas do engenheiro responsável pelos trabalhos da demarcação, reivindicaram a demissão do Diretor-parcial e fizeram proposta de um substituto. Protestaram contra a omissão e conivência de autoridades, exigiram, pediram, apelaram para seus direitos serem respeitados. Quando proporam o nome do Capitão Valcacer para Diretor-parcial, dispondo-se ainda a assumirem "as despezas" com o mesmo, não apresentavam apenas uma proposta, como também apontavam para autonomia de decisões (um auto-governo?) do Aldeamento frente a política indigenista oficial vigente.

Por não saberem ler e escrever, os indígenas no Riacho do Mato, recorreram nos diversos momentos a muitas pessoas para redigirem "a rôgo de" (a pedidos), os documentos que desejavam, presumindo-se que os índios podiam contar com pessoas colaboradoras, possivelmente simpáticas a sua causa.

Se no campo das alianças, os indígenas recorreram as autoridades e pessoas de reconhecida importância e prestígio social para conceder-lhes "atestados" de serem eles "trabalhadores", "obidientes e respeitadores" as autoridades e a ordem social vigente e com declarações de que eles prestaram sempre o "serviço publico" de polícia e de nunca pouparem-se em "sacrificios" em defesa do "Trhomno Imperial", barganhando assim uma relação de troca para

garantia do reconhecimento dos seus direitos, por outro lado, os indígenas foram acusados de "insubordinação" ao recusarem-se colaborar nos serviços da demarcação, quando perceberam que estavam sendo beneficiados os posseiros invasores da área reivindicada como do Aldeamento, ao reagirem como já foi visto, com "gritaria" a colocação dos marcos em limites contrários aos seus interesses. Incendiaram o engenho de Manoel Francisco da Silva e o de propriedades de "Pedro Brabo", ambos posseiros no Riacho do Mato,[17] tendo este último alimentado, como aparece na documentação, por muito tempo um acirrado conflito com os aldeados.

A despeito do não reconhecimento oficial expressado pela intolerância do próprio Diretor Geral dos Índios na Província, o Barão dos Guararapes, apesar da conivência com a omissão das autoridades diante das invasões e desmandos provocados pelos posseiros, organizados, agindo coletivamente ou através de ações individuais, os indígenas elaboraram diferentes estratégias de sobrevivências. E conhecendo-se a história da presença indígena no Riacho do Mato, constata-se o quanto foi significativa a liderança e o papel de Manuel Valentim dos Santos, como foi visto, ex-participante das lutas dos cabanos, que vivenciou emblematicamente a experiência de resistência na busca da sobrevivência e afirmação dos direitos indígenas nos primeiros decênios da segunda metade do século XIX em pernambuco.

Em 1871 um Aviso do Gov. Imperial em complementação a outro anteriormente expedido, destina verbas para serem aplicadas na fundação de duas colônias agrícolas nas terras da decretada extinta Col. Militar de Pimenteiras. Uma das colônias seria criada no Riacho do Mato, aproveitando-se terras do Aldeamento,[18] que três anos depois também teve decretado sua extinção com a determinação de medir-se e demarcar terrenos destinados individualmente aos índios. Em 1876, em Requerimento acompanhado de abaixo-assinado, os indígenas denunciavam a Presidência da Província a demarcação fraudulenta, os esbulhos violentos, agressões, mortes e prisões, exigindo que fossem respeitados seus direitos.[19]

A concentração de retirantes vítimas da grande seca de 1877 em terras da Colônia Socorro, provocou conflitos com os indígenas que tiveram suas plantações invadidas, como denunciava Manuel Valentim. Com a extinção da Colônia em 1880, nos primeiros anos do

período republicano, as terras do Riacho do Mato foram objeto de disputa entre o Gov. Federal, a Câmara de Água Preta e o Gov. do Estado de Pernambuco, que pretendia vendê-las a terceiros. Em 1882 o índio Manoel Severino dos Santos, herdeiro de um terreno que pertencera a seu irmão, denunciava estar sendo coagido pelo Capitão Manoel de Souza Leão, dono do Engenho Laranjeiras.[20]

A lavoura canaveira na área onde existira o Aldeamento do Riacho do Mato, recebera grande impulso com o avanço da Estrada de Ferro Recife-Palmares. Esta atravessara a Zona da Mata Sul de Pernambuco, considerada a região açucareira mais rica de todo Império, onde de 1857 a 1877 duplicara o número de engenhos (Melo, 1984: 207 - 208). O "novo sul" que surgira a Oeste de Água Preta, teve custos sociais elevados. A grande produção favorecida pela via-férrea fortaleceu uma economia agroexportadora baseada na monocultura da cana-de-açúcar, na manutenção das estruturas políticas e sociais vigentes. Assim como outros segmentos, o indígena permaneceu à margem desse sistema.

Hoje a imprensa continuadamente tem noticiado a mobilização e ocupação por grupos de Sem-Terras em engenhos na Região de Água Preta. Herdeiros e herdeiros dos ex-aldeados em Escada e no Riacho do Mato, refazem a vida e reiventam a história.

NOTAS

1. Ofício do Engenheiro Luiz José da Silva em 17/01/1871, ao Presidente da Província. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (APE), Códice DII - 27, fls.11 - 11v.
2. Of. do Inspetor de Quarteirão, Manoel Francisco Jatobá Canuto, em Quarteirão do Espinho 06/11/1861, ao Dir. da Colônia Militar de Pimenteiras, Brazílio de Amorim Bezerra. APE, Cód. CD - 2, fl. 25.
3. Of. do Dir. da Col. Mil. Pimenteiras, em 12/11/1860, ao Pres. da Província. APE, Cód. CD - 1, fl. 219v.
4. Of. do Dir. da Col. Mil. de Pimenteiras, em 26/11/1861, ao Pres. da Província. APE, Cód. CD - 2, fl. 34v.
5. "Atestado" do Subdelegado da Col. Mil. Leopoldina na Prov. Alagoas, concedido no Riacho do Mato em 26/12/1865, ao Requerimento da mesma data de Lourenço Ferreira de Lima e Salustiano Pinto de Miranda. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 81 - 81v.
6. Of. do Dir. Geral dos Índios da Prov. de Pernambuco, em 26/01/1870, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII, fl.154.
7. "Bilhete" s/d. e também sem constar a quem era endereçado. APE, Cód. Petições: Índios, fl. 91.
8. Requerimento de Manuel Valentim dos Santos, em Recife 22/09/1868, ao Pres. da Província. APE, Cód. Petições: Índios, fl. 93.
9. Id., fl. 93v.
10. Requerimento do Índio Manuel Valentim dos Santos, em Leopoldina 16/02/1869, ao Eng. Manoel Candido da Rocha Andrade. APE, Documentos Avulsos-Petições: Índios.
11. Requerimento do Índio Manuel Valentim dos Santos, em Recife 17/02/1869, ao Pres. da Província, APE, Documentos Avulsos - Petições: Índios.
12. Of. do Juiz Comissário de Água Preta, em 01/03/1864, ao Eng. Luiz José da Silva. APE, Cód. CD - 4, fl. 200.

13. Of. do Eng. Luiz José da Silva, em 02/03/1869, ao Pres. da Província. APE, Cód. CD - 4, fls. 197 - 197v.

14. O "Memorial" s/d. assinado por Manuel Valentim dos Santos foi endereçado ao Pres. da Província possivelmente anterior a 15/03/96, data na qual o Dir. Geral Interino dos Índios, enviou um ofício também a Pres. da Província, referindo-se e confirmando as queixas contidas no "Memorial" de Valentim.

15. Requerimento acompanhado de abaixo-assinado com 65 assinaturas dos Índios do Aldeamento Conde d'Eu no Riacho do Mato, em 10/01/1874, ao Pres. da Província. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 122-123.

16. Of. do Dir. Geral dos Índios, Francisco Camboim, em 20/01/1870 ao Pres. da Província. APE, Cód. DII - 19, fl. 154.

17. Informação citada no Livro do Registro de Terras Públicas, RTP - 17, fl. 386.

18. Of. do Presid. da Província, em 20/09/1871. APE, Cód. MA - 6, fl. 98.

19. Requerimento recebido na Secretaria do Palácio da Pres. da Província, em 21/12/1876. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 45 - 46.

20. Requerimento (por Ignacio Ferreira Lopes) em 15/02/1892, ao Gov. do Estado de Pernambuco. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 126 - 127.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Memorial biographico do Capitão de Todas as Matas. Recife: 1995. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX* : uma compilação, 1808 - 1889. São Paulo: EDUSP, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DONGHI, Tulio Halperim. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 - 1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1977.

MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*, 1871 - 1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

SILVA, Edson. O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada (PE), 1860 - 1880. Recife,1995. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org